



Raízes e Frutos

Os Grêmios Estudantis,

uma História de Cidadania.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CEARÁ
Coordenadoria de Articulação e Gestão Educacional - COGED



Raízes e Frutos: Os Grêmios Estudantis, uma História de Cidadania

Série Estudos e Ação

Governador do Estado do Ceará
Lúcio Gonçalo de Alcântara

Vice-Governador do Estado
Francisco de Queiroz Maia Junior

Secretária da Educação Básica
Sofia Lerche Vieira

Secretário Adjunto da Educação Básica
Luis Eduardo de Menezes Lima

Secretária Executiva
Edlourdes Pires Moura Coelho

Coordenadoria de Planejamento e Política Educacional
Eloísa Maia Vidal

Coordenadoria de Articulação e Gestão Educacional
Maria Marlene Vieira Carneiro

Coordenadoria de Monitoramento e Controle
Edson Seabra Júnior

Coordenadoria de Desenvolvimento Técnico-Pedagógico
Silvana Góis Viana

Unidade de Gerenciamento de Projetos
José Ribeiro da Silva

Redação Original
José Cordeiro de Oliveira

Revisão Gráfica e Ortografia
Ofélia Alencar de Mesquita

Sumário

Introdução	07
O contexto do movimento estudantil nos anos 1960 e 1970	09
Ontem e hoje	15
O que aconteceu quando tentaram amordaçar o movimento?	19
A Lei Nº 7.398/85: Um Instrumento de Luta.	25
Como criar um Grêmio Estudantil?	27
Referências Bibliográficas	28

Nos últimos anos avançamos bastante no sentido de construir uma escola melhor. Conquistamos uma escola mais aberta à comunidade, uma escola mais participativa, uma escola mais alegre, uma escola conectada com o mundo. Tudo isso tem sido muito importante, mas nossa construção está apenas começando. Precisamos mais... queremos algumas coisas muito simples, sem as quais, no

entanto, não teremos uma vida melhor.

- *Queremos uma escola que a população reconheça como sua da qual todos se orgulhem;*
 - *Queremos uma escola onde todos aprendam;*
 - *Queremos uma escola onde os professores gostem de ensinar;*
 - *Queremos uma escola onde os alunos se sintam acolhidos;*
 - *Queremos uma escola com condições dignas de funcionamento;*
- *Queremos uma escola com a cara do Ceará, capaz de preparar cidadãos para um mundo globalizado; e,*
 - *Queremos uma escola que seja um jardim.*

Se em cada momento do caminho que pretendemos trilhar nesses próximos anos tivermos essa escola em mente e lutarmos por ela todos os dias, com certeza, no encerramento desta gestão, teremos todos feito a nossa parte para reafirmarmos uma escola melhor. Esse é o compromisso que assumimos. Esse é o desafio que queremos compartilhar com todos os cearenses.

(Extraído do Plano de Educação Básica Escola Melhor, Vida Melhor -2003/2006)

Introdução

Olá, turma,

Vamos fazer uma viagem pela nossa história? Nós, que fazemos o movimento estudantil, temos uma história construída com muita luta, com muita coragem. E é história bonita!... Quase tudo o que faz parte dessa história encontra-se registrado. Veja essa!

Os estudantes, principalmente os que hoje se situam no ensino básico (fundamental e médio), têm buscado, em cada contexto histórico, formas próprias de organização da categoria. Aliás, é oportuno esclarecer que a lei do ensino, ou melhor, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de Nº 4.024, de 1961 (a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação), dividia o ensino básico, que era chamado de elementar, em primário e secundário. O ensino secundário, por sua vez, compreendia o ginasial e o colegial (científico e clássico).

Nos anos 1960 e 1970, em plena ditadura militar, as organizações estudantis estavam sensíveis às bandeiras democráticas, agindo em diversas frentes e níveis. As lutas estudantis não se reduziam a simples reivindicações no ambiente da escola, mas buscavam uma educação que fosse, ao mesmo tempo, pública e de qualidade; elas, quase sempre funcionaram como meios de articulação e de mobilização. Estavam preocupadas com o país como um todo, com a sociedade brasileira de uma forma ampla.

Na verdade, a organização estudantil queria outro modelo de sociedade, mais igualitária, justa e feliz. Por isso, vinculava-se com a ação de outros movimentos; também, ligava-se com outras situações, pois entendia que os problemas específicos dos estudantes estavam relacionados com os problemas de outras categorias de trabalhadores e de outras classes sociais.

Tinham consciência, por exemplo, de que os baixos salários ou o desemprego dos seus pais refletiam na sua maneira de se vestir, de se calçar, de se alimentar; refletiam no fardamento escolar, na compra de livros, nos meios de transporte e no local de moradia. Muitos chegaram a se preocupar com a política internacional, isto é, com a maneira (e propósitos) de o Brasil se relacionar com outros países, com os acordos comerciais, políticos e culturais.

O tempo relativamente curto que durava o engajamento de um jovem no movimento estudantil era compensado pela intensidade da sua participação política. O jovem se educava

não somente na escola formal, mas, principalmente, no seio das lutas sociais. Os jovens aprendiam a ser cidadãos, analisando, reivindicando, denunciando, propondo como deveria ser a nova sociedade. Ali, eles aprendiam a falar em público, elaborar um panfleto, escrever um jornal, articular uma passeata, discutir questões polêmicas, organizar eleições da categoria, pensar em programa político-partidário.

Liam bastante e discutiam o que liam em reuniões, encontros, seminários, congressos. As leituras, quase sempre, diziam respeito à prática social e política dos estudantes. A capacidade de argumentação era cultivada com muita seriedade, uma vez que dela dependia o desenrolar das ações. O elemento solidariedade era muito forte: solidariedade para com operários em greve; solidariedade para com camponeses, artistas, músicos, compositores, professores perseguidos, solidariedade para com lideranças presas ou mortas; solidariedade em relação a qualquer tipo de pressão ou perseguição.

O movimento estudantil, além da sua capacidade de análise da realidade, se impunha pela forma como articulava pessoas e instituições. Com rapidez, reunia milhares e milhares de estudantes e trabalhadores. Essa experiência de luta permitiu que o movimento mobilizasse cem mil pessoas para protestar contra o assassinato do estudante Edson Luis (mais adiante contextualizaremos o fato). Esse acontecimento foi para a História com o nome de A Passeata dos Cem Mil. É com esse espírito de prontidão que convidamos vocês a viajarem nos capítulos seguintes dessa bonita história de cidadania.

O movimento operário crescia desde os anos iniciais da década de 1950, articulando-se em “pactos” sindicais, unificando suas forças. Novas organizações, como o Pacto Unidade e Ação PUA e Comando Geral dos Trabalhadores CGT se afirmavam.

No campo, o movimento ligado aos sindicatos rurais, as Ligas Camponesas, notadamente nos estados de Pernambuco e da Paraíba, alcançaram repercussão por todo o país. Ampliava-se a sindicalização rural e, em dezembro de 1963, era criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (Brandão, 1990, p. 61).

O contexto do movimento estudantil nos anos 1960 e 1970

Continuando a nossa viagem, vamos fazer o reconhecimento das nossas raízes, ou seja, das raízes do movimento estudantil e, ao mesmo tempo, saborear os frutos colhidos: os frutos da experiência acumulada de organização e luta.



Vamos Refletir

Essa nossa conversa-reflexão se fará em dois momentos: como era o Brasil nos anos 1960 e 1970 e como a democracia foi construída?

Existe uma estudiosa da educação popular brasileira, Aída Bezerra, que explica para nós como era o Brasil daquele tempo. O que nos diz Aída? Primeiro, ela se refere ao período de 1959 a 1964. Naquela época, o Brasil vivia a “febre” do **desenvolvimentismo**¹. O seu auge foi no governo de Juscelino Kubitschek, Presidente da República, aquele que, além de desenvolver a indústria automobilística, de construir a cidade de Brasília, quis realizar, em cinco anos, o que outros presidentes só conseguiriam fazer em cinquenta (“cinquenta anos em cinco”). Por aí, você analisa o quanto foi corrido e apressado esse seu desenvolvimentismo.

Um feito que marcou o governo de Juscelino foi a forma acelerada de substituição de importações, através da entrada e proteção dos capitais estrangeiros e do necessário acordo entre parte do empresariado nacional e o empresariado internacional. O Brasil sai da produção industrial tradicional dos bens de consumo (vestuário e alimentação) e entrou nos ramos mais modernos dos bens duráveis (automóveis, eletrodomésticos). Afirmo Aída: “Isso seria o bastante para reorientar tanto a produção como o mercado interno e externo do país” (1980 p.17).

Aliás, lembra a autora que esse processo de substituição das importações é diferente daquele processo de substituição, iniciado com as negociações, durante e após, a segunda guerra mundial: “Neste, a partir da siderurgia nacional, seriam lançados os alicerces de uma industrialização cujo empreendimento estaria a cargo do empresariado nacional” (idem, 17). No desenvolvimentismo de Juscelino, os recursos

Desenvolvimentismo: Modelo político de atuação governamental que acreditava que somente o desenvolvimento econômico resolveria o problema das desigualdades sociais e superaria o atraso econômico e tecnológico da Nação. O Presidente da República, Juscelino Kubitschek, impunha a bandeira do desenvolvimentismo.

¹NOTA: A palavra ou a frase em destaque remete ao glossário.

estrangeiros deveriam vir para o Brasil, mas, sem a preocupação com o fortalecimento da indústria nacional.

Com o desenvolvimentismo de Juscelino, o povo resolveria os seus problemas principais: emprego e salário. As camadas produtoras efetivamente teriam oportunidade de gerar riquezas. Para que tudo desse certo havia a definição de metas de desenvolvimento. Dentre elas estava a construção de estradas e de escolas. Essa política de promessas foi chamada de **populismo desenvolvimentista**. O plano de metas continha ainda o reforço à liberdade de acordo com a democracia liberal.

O modelo desenvolvimentista entra em crise, já que muita coisa no Brasil não se adaptou aos novos tempos, inclusive as leis e as instituições. Para explicar essa crise, alguns estudiosos dizem que sua causa está na inflação gerada no processo de expansão da produção daquele momento. Assim, tanto o povo quanto os empresários achavam que estavam perdendo com o processo inflacionário. Em decorrência disto, havia um aumento das pressões reivindicantes das classes trabalhadoras e um enfraquecimento do **poder de barganha** do empresariado. A felicidade prometida ao povo não acontecia; pelo contrário, o povo teve que “apertar o cinto” para poder sobreviver.

A evolução da crise econômica atinge o campo político. Aí a coisa se complica. Veio o governo de João Goulart (1963). Nele, surgem movimentos de resistência ao **capital estrangeiro**: o capitalismo internacional, com seu poderio financeiro e tecnológico, passava a ocupar o lugar da indústria nacional. O governo propunha o apoio dos movimentos populares a fim de promover uma resistência, lançando a bandeira das reformas de base (agrária, política, bancária etc), exatamente para atender às solicitações dos trabalhadores.

Os **profissionais liberais** e os estudantes viam nas reformas de base, propostas pela **resistência**, uma chance de mudar o país. O conflito se instalou entre os grupos que queriam se manter no poder (os empresários) e os grupos que queiram mudar o **status quo** (profissionais liberais e estudantes). Os dois grupos tentavam o apoio das massas.

A universidade brasileira, como instituição também em crise, precisava se renovar. O debate sobre a democratização da cultura vinha se dando antes do período desenvolvimentista, mas foi nele que o movimento ganhou as ruas. Duas razões influíram na mudança de atuação da universidade: já na época de Getúlio Vargas, a classe média

Populismo desenvolvimentista: De acordo com o dicionário Aurélio Eletrônico, populismo significa a ação “Política fundada no aliciamento (sedução) das classes sociais de menor poder aquisitivo. No caso, o governo prometia para o povo um futuro melhor, cujo desenvolvimento do Brasil iria resolver todos os problemas.

Poder de barganha: A capacidade de exigir benefícios para si, em função dos interesses de classe.

Capital estrangeiro: Diz-se quando se tratar do dinheiro de fora, pertencente a grupos econômicos multinacionais, com o objetivo de investir ou de simplesmente especular com os juros pagos pelo país.

Profissionais liberais: Profissionais de classe média a exemplo dos advogados, engenheiros, médicos.

Resistência: Proposta política que não se submetia às imposições da ditadura militar.

“Status quo”: Estado de coisa.

descobriu os cursos secundários, antes freqüentados somente pelas elites. Isso volta a se repetir com o governo de Juscelino Kubitschek.

A outra talvez tenha sido o fato de outras carreiras acadêmicas ganharem prestígio, como as ligadas às ciências sociais, quando, antes, só se valorizavam as carreiras tradicionais (Química, Medicina, Direito, Filosofia e Engenharia). Aída Bezerra declara que “Sem dúvida o estudo das ciências sociais forneceu um outro instrumento de análise das situações sociais...”. Eram disciplinas que ajudavam a pensar e a aprofundar as questões de interesse do país. Com isso o movimento estudantil ganha mais força ainda e sua dinâmica o faz sair dos muros das universidades para ir ao encontro do povo nos bairros, nas favelas e no meio rural.



Da reflexão à ação

Em grupo, vamos refletir um pouco sobre as lutas daquela época e as lutas de hoje:

O que mudou no movimento estudantil?

O que motiva os estudantes de hoje a manterem viva a luta de todos os estudantes?

Quais os temas do seu interesse?



Leitura complementar

Todos os movimentos sociais, inclusive o estudantil, discutiam o tema do **imperialismo** e o tema do **nacionalismo**. Todos queriam salvar a identidade nacional e democratizar a cultura. Mesmo não tendo conseguido atingir as massas como pretendia, o movimento estudantil prestou importante serviço no campo da educação popular, criando os Centros Populares de Cultura (CPCs), que refletiam o engajamento político dos estudantes. Atividades como o teatro, o cinema e a **música engajada** tiveram bastante aceitação.

A música engajada que contribuiu com a reflexão político-social pode ser exemplificada pela letra da canção Pedro pedreiro (1966), de Chico Buarque de Holanda:

Imperialismo: Política de expansão e domínio territorial e/ou econômico de uma nação sobre outras, de alguns países ricos sobre o Brasil.

Nacionalismo: Exaltação do sentimento nacional; preferência marcante por tudo quanto é próprio da nação à qual se pertence, reação política a qualquer forma de dominação estrangeira; proteção ao desenvolvimento nacional.

Música engajada: Quer dizer música de protesto, que denuncia as injustiças e as desigualdades, e que convida à participação e ao engajamento político-transformador.

(...)
Pedro pedreiro está esperando a morte
Ou esperando o dia de voltar pro Norte
Pedro não sabe mas talvez no fundo
Espere alguma coisa
Mais linda que o mundo
Maior do que o mar
Mas pra que sonhar, se dá
O desespero de esperar demais
Pedro pedreiro quer voltar atrás
Quer ser pedreiro, pobre e nada mais
Sem ficar
Esperando, esperando, esperando...
Esperando o Sol...
Esperando o trem
Esperando o aumento
Para o mês que vem
(...)

(Brandão, 1990, p. 62 - 63).

Muitos movimentos populares de repercussão nacional nasceram no Nordeste, região que vivia uma situação tensa no meio rural. O Nordeste respondeu muito rapidamente ao clima de liberdades políticas. Novas lideranças surgiram no cenário político, ocupando cargos importantes em governos de estado e prefeituras. Podemos citar nomes como: Pedro Gondim, Aluísio Alves, Miguel Arraes, Pelópidas Silveira, Djalma Maranhão. Esses governantes passaram a dar apoio aos movimentos populares e estudantis, uns mais, outros menos. Todos serviram de exemplo para o restante do país.

A mobilização estudantil e universitária assistiu ao nascimento de outros movimentos e instituições de cultura e educação popular. Da Igreja Católica surgiu uma ampla iniciativa de educação de adultos, que foi o Movimento de Educação de Base (MEB) e, posteriormente, as Comunidades Eclesiais de Bases (CEB), assim como, já nos anos 1970, os novos movimentos sindicais e outras iniciativas dos profissionais liberais, a exemplo do Movimento de Cultura Popular.

Outra estudiosa do assunto, Nadir Azibeiro, oferece-nos um quadro explicativo de todos esses movimentos:

O Movimento de Cultura Popular (MCP) desenvolveu-se a partir de iniciativa de Paulo Freire em Pernambuco. Baseou-se em sua concepção de Círculo de Cultura.

O Círculo de Cultura podia se reunir debaixo de uma árvore, na sala de uma casa, numa fábrica, numa escola, num salão paroquial. O mais importante é que as pessoas aprendiam a ler e a escrever a partir da discussão e sistematização de suas realidades. Paulo Freire foi convidado a assumir a coordenação nacional desse movimento, mas essa iniciativa foi abortada com o golpe militar de 1964.

A Campanha “De pé no chão também se aprende a ler” foi uma iniciativa da Secretaria de Educação, Cultura e Saúde da Prefeitura de Natal, em 1963, baseada nas experiências de Pernambuco.

O Movimento de Educação de Base (MEB) constituiu-se numa iniciativa da Ação Católica para ampliar a Educação de Adultos, renovando seus métodos, utilizando principalmente programas radiofônicos.

Os Centros Populares de Cultura foram uma iniciativa da UNE (União Nacional dos Estudantes), aliando influência das iniciativas anteriormente citadas ao desejo de popularização e democratização do teatro, da música e do cinema, vendo na arte um momento de educação para a participação e a cidadania (2002, p. 25).

Vê-se, portanto, que todos esses movimentos são **conjunturais**, de acordo com o desenvolvimento das **forças produtivas** de cada etapa histórica. A análise desses movimentos serve para entendermos o que se passa, hoje, neste início do século XXI.

Conjunturais: São situações que podem mudar de acordo com o contexto histórico.

Forças produtivas: São os meios de produção (maquinarias, tecnologias) e a força de trabalho.

Ontem e hoje

Aída Bezerra faz uma comparação dos movimentos, cuja atuação se deu no período 1959 a 1964, com movimentos anteriores. E nós podemos compará-los com os da atualidade. Vejamos:

Movimentos de períodos anteriores	Movimentos do período 1959 a 1964	Movimentos da atualidade (final do século XX e início do século XXI)
Práticas voltadas para o desenvolvimento das capacidades produtivas da população: força de trabalho em busca de maior rendimento sócio-econômico (o progresso).	Práticas voltadas principalmente para o exercício da cidadania.	Pressão no sentido de transformar em lei as reivindicações em favor da maioria da população.
Propostas de união com o poder vigente para realizar o projeto social das classes dominantes, sem questionar sua legitimidade.	Proposta de união dos movimentos e grupos populares formando a resistência ao imperialismo e a pressão para mudar as condições de vida da população.	Esforço para fazer com que o estado e os governos cumpram a lei.
Indicação do melhor padrão de funcionamento da sociedade, buscando a cooperação de todos e a anulação das tensões sociais em nome do bem comum.	Práticas se propunham a despertar as energias populares pelo desvendamento dos conflitos sociais e pelo reconhecimento das tensões existentes em nome da construção de uma força de pressão suficiente para mudar as condições sociais do povo.	Retomada do espírito de luta, exigindo condições de trabalho, moradia, terra para trabalhar. Educação e saúde voltam a fazer parte da pauta de reivindicações.
Iniciativas dos movimentos sociais que se originavam das instituições do estado ou a ele ligados, ou de grupos elitistas.	Iniciativas dos movimentos sociais e populares nasciam das camadas médias da sociedade, com um conteúdo ideológico próprio.	Iniciativas misturadas; a classe média e o povo agem através de associações, organizações não-governamentais, movimentos multiculturais, de gênero, meio ambiente, sindicais.

Nos movimentos sociais dos vários períodos, inseri-se o movimento estudantil. Esses movimentos desenvolviam atividades voltadas para a sociedade, para a população, para o povo. Não eram **movimentos endógenos**. Suas atividades consistiam em: a) alfabetização, b) educação de base, c) cultura popular. Mas, final, o que havia de comum entre essas atividades?

Movimentos endógenos: quando são fechados em suas próprias concepções.

A forma como a educação era concebida

A educação era tida como ação singular. Por meio dela a população saíria do estado de pobreza e de ignorância. Eram considerados fatores de subdesenvolvimento: a fome, a doença e a ignorância. Se o Brasil se desenvolvesse, essas

coisas ruins deixariam de existir. A causa das desigualdades não estava no sistema social e econômico, nem na sociedade dividida em classes sociais, mas no seu estágio atrasado, ou seja, no subdesenvolvimento. Se a educação substituísse a ignorância, a própria educação resolveria o problema do atraso social do país. Então, as desigualdades sociais eram uma questão da educação e não do sistema capitalista.

Essa maneira de ver os conflitos sociais defendia que as pessoas, antes de serem promovidas pela educação, eram seres submissos, indefesos e ingênuos. Contudo, com o processo educativo, tornar-se-iam seres possuidores de uma consciência histórica, seres criadores de cultura, seres responsáveis pela escolha e construção do seu próprio destino. Sobre esse ponto, Aída apresenta o seguinte resumo: O atraso social era uma questão educativa (1980, p. 28).

A urgência de organização

A pressa em fazer as coisas era tanta, que parecia que o mundo ia acabar. Tudo deveria ser feito com urgência. Tudo haveria de atingir um maior número de pessoas. Tudo tinha que estar articulado e mobilizado. O método Paulo Freire de alfabetização de adultos atendia a todas essas condições de urgência, de expansão e de mobilização, pois um indivíduo se alfabetizava em questão de horas. O MEB também estava atento a essas condições, pois através das escolas radiofônicas, abrangia um número muito grande de pessoas, num tempo relativamente curto e numa área bastante extensa.

O sentido de ética e de princípios educativos

Não aceitavam o uso das pessoas como se fossem objetos, mas eram a favor da sua conscientização como uma maneira de se transformarem em sujeitos históricos. Este sentido ético norteava a ação dos movimentos.

Cada movimento criava seus modelos de participação à sua própria imagem e semelhança. Daí nasceram os clubes de mães, os clubes agrícolas, saindo um pouco dos limites da estrutura de cada movimento.

O objetivo dos movimentos era atingir a coletividade, ou seja, os bairros, as favelas, as comunidades. Utilizavam-se de métodos de mobilização como as praças de cultura, o teatro de rua etc. Isto fazia a diferença desses movimentos em relação aos anteriores a 1959, que se preocupavam apenas com a formação da personalidade dos indivíduos.



Da reflexão à ação

Vamos pensar sobre algumas questões? São elas:

Na opinião do grupo, quais são os principais problemas dos alunos da sua escola, dos pais e da maioria da população do bairro onde residem?

De que forma, hoje, a escola pode contribuir com a solução dos problemas que foram levantados?

O que cabe à comunidade e ao poder público resolver?

Quais as preocupações de conteúdo ético e educativo presentes, hoje, no seu movimento?



Leitura complementar

Como a “ignorância” e o analfabetismo eram considerados equivocadamente como causas do subdesenvolvimento, a **educação formal** deveria assim funcionar como um remédio. Também era necessário levar cultura ao povo; pois o povo era considerado inculto. Mas quem definia os modelos de cultura? As elites. Logo, a cultura denominada pelas elites seria levada até o povo. Inicialmente, se pensou dessa forma. Depois, a idéia de cultura se politiza. Não era libertador levar a cultura das elites ao povo; era preciso reelaborar a própria cultura do povo, a cultura popular.

Alguns dos movimentos do período 1959 a 1964 esforçaram-se para sair dos limites da reeducação cultural do povo para um estágio qualitativamente mais avançado: o de descobrir e trabalhar as potencialidades e possibilidades culturais e políticas da população.

Quem liderava os movimentos era a classe média. E como a classe média não dispunha de um poder real de classe, estava sempre precisando do apoio do governo. Essa ambigüidade repercutia no **público-alvo** de cada movimento, gerando incertezas, descontinuidades, objetivos confusos e atividades sem muito poder de transformação.

As classes populares passaram a reivindicar maior participação nos lucros das empresas, reformas sociais e maior controle da política do país. Aconteceu o golpe militar de 31 de março de 1964, reprimindo toda essa mobilização. O regime militar impunha a censura e o silêncio. É oportuno

Educação formal: É a mesma educação sistemática, ministrada na escola.

Público-alvo: Usuário, beneficiário ou população atingida pelo movimento.

esclarecer que o que houve não foi uma revolução, mas um golpe.

Apesar das esquerdas terem sempre chamado esse período de “ditadura militar”, iniciado em 31 de março de 1964, com a queda do governo de João Goulart, até a eleição direta (Colégio Eleitoral) para presidente da república, com a escolha de Tancredo Neves e José Sarney em janeiro de 1985, Ghiraldelli Jr. nos convida a pensar o seguinte: a ditadura não foi militar; foi ditadura do capital que se utilizou dos braços dos militares. A ditadura era um pacto entre os técnicos e **burocratas** militares e civis com a burguesia nacional e as empresas multinacionais.

Durante a “ditadura militar”, cinco generais dirigiram o país. Seus grandes feitos foram a repressão, a privatização de grande parte do ensino, exclusão da população trabalhadora do ensino de qualidade, desmobilização dos movimentos populares e estudantis e dos professores.

A repressão ao movimento estudantil e operário se deu logo no início do golpe, no governo do general Castelo Branco. Para aniquilar com a ação estudantil e operária, foram cassados os direitos políticos. Prisão e morte de lideranças não foram fatos isolados. Nessa linha de reflexão, Ghiraldelli Jr. escreve: “O Congresso Nacional, castrado e mutilado pelas cassações, acabou aprovando sob pressão do Executivo, a 'Lei Suplicy de Lacerda' (Lei 4.464 de 9/64), que extinguiu a **UNE** e demais entidades representativas, assegurando novas formas de representação de mais fácil controle governamental”. Mas as bases do movimento estudantil nas universidades continuavam atuantes.

Burocratas: Aqueles que seguem mecanicamente as normas impostas pelo regulamento da administração. Popularmente, refere-se ao funcionário de gabinete, distante da realidade da população.

UNE: União Nacional dos Estudantes.

O que aconteceu quando tentaram amordaçar o movimento?

Convidamos você e todo o grupo a, mais uma vez, mergulhar em nossa história e dela retirar as lições de resistência e de luta permanentes. Vamos começar lendo esta notícia:

O movimento estudantil, do protesto à mordaca

O movimento estudantil brasileiro tem um currículo de participação em importantes lutas e conquistas da História nacional. No passado, os estudantes que entraram na lista de incômodos prioritários do regime militar que se instalou no país em 1964. A Lei 4.464 mais conhecida pelo nome do ministro da Educação Suplicy de Lacerda, que a sugeriu cortou as asas do movimento estudantil, extinguindo todas as suas organizações, da nacional (a UNE) às estaduais e municipais. Para não parecer autoritário e antipático, o governo Castelo Branco tratou de substituí-las por diretórios, que deveriam se caracterizar pelo bom comportamento e só promover atividades esportivas e recreativas. Discutir política, jamais.

Mesmo assim, quem era de verdade militante do movimento estudantil não se calou. Universitários e secundaristas se mobilizaram em várias partes do país, ora para brigar contra a tentativa de instituir mensalidades nas escolas públicas, ora, como em 1968, para protestar contra o assassinato de um estudante secundarista, Edson Luís, pela repressão policial-militar um protesto que ficou conhecido como a Passeata dos Cem Mil. Manifestações do mesmo tipo espocavam por todo o país. Era contestação demais para um regime de força. O governo apertou o cerco, perseguindo com violência as lideranças estudantis. Essa escalada da repressão culminou, três anos mais tarde, com a instituição dos centros cívicos, que teriam por objetivo “irradiar” as atividades da educação moral e cívica”... Esvaziou-se por completo o movimento estudantil. Na época, a sociedade já não ousava criticar abertamente o regime militar. Havia sido todos calados engolidos pela “corrente pra frente” do “Brasil Grande” do governo Médici”. (FONTE: Nova Escola Junho de 1992).

Nunca devemos perder a memória de luta do nosso povo, do contrário desconhecemos nossas raízes e perderemos força, deixando de sonhar com um mundo novo e diferente deste que aí está. É possível conviver com as ameaças de mordaca, como uma forma utilizada para imobilizar o nosso movimento, o nosso grêmio. Capacitar-nos para resistir e lutar é conhecer a história. Vejamos essa outra parte:

A ideologia nacionalista-desenvolvimentista de antes de 1964, foi substituída pela ideologia do desenvolvimento com segurança, um modelo econômico desnacionalizante. Os estudantes não aceitavam essa imposição e lutavam, em plena ditadura, pela reforma do ensino universitário. A reforma

universitária fazia parte das Reformas de Base, de que falamos anteriormente. Os estudantes agiram para além da simples reivindicação: em 1968, os estudantes assumiram a direção de várias faculdades, criando um tipo de autogestão universitária, administrativa e pedagógica. Para o governo do general Costa e Silva, a resistência estudantil era um obstáculo ao novo modelo.

A fórmula encontrada para esvaziar o movimento estudantil foi transformar as recomendações do acordo MEC/USAID (modelo universidade-empresa) em texto de lei. Foi quando a ditadura impôs a Lei 5.540/68. Com ela a universidade e a vida estudantil se alteraram completamente. Tudo foi feito para dificultar e impedir a convivência entre estudantes: foram criados os departamentos de ensino, as matrículas por disciplinas e por crédito.

Para resolver o problema da falta de vagas, que era uma reivindicação dos estudantes, a Lei organizou o vestibular unificado e classificatório. O “bode expiatório” do governo passou a ser a falta de vagas. O governo agiu para também “resolver” o problema da democratização do ensino, à sua maneira e à maneira empresarial, com o incentivo à privatização do ensino. As verbas não se destinavam mais à manutenção do ensino, mas apenas para alimentar a burocracia.

A Reforma Universitária (Lei 5.540/68) introduziu na universidade os princípios de divisão do trabalho existentes na empresa americana, parcelando, ou melhor, fragmentando o ensino brasileiro em disciplinas e créditos. O trabalho escolar foi fatiado, estratificado, desmantelando a convivência universitária. A turma, que unia os estudantes do começo ao final do curso, foi destruída. A dispersão dos alunos contribuiu para a sua despolitização. Sem a existência da turma, o movimento estudantil não tinha mais como se organizar em núcleos fortes.

Mais dois acontecimentos foram fatais para o movimento estudantil: a ditadura militar instituiu o Ato Institucional Nº 5 (de 13 de dezembro de 1968) e, no ano seguinte (1969), o Decreto 477. O governo despreza a Constituição Federal e passa a governar baixando os Atos Institucionais. O AI-5 deu ao presidente o poder de decretar recesso no Congresso Nacional, nas Assembléias Legislativas e nas Câmaras de Vereadores; os direitos políticos de qualquer cidadão foram suspensos pelo prazo de dez anos; os funcionários públicos também perderam todos os direitos; os bens dos cidadãos podiam ser confiscados, caso o governo suspeitasse deles.

Já com o Decreto-lei 477, o terror e a repressão tomaram conta das escolas: professores e alunos podiam ser perseguidos, presos; não podiam manifestar-se, reunir-se, distribuir material, fazer greve. O diretor de escola ou dirigente da unidade foi transformado em espécie de “delegado de polícia” com a função de delatar os chamados pela ditadura de “subversivos”. Essas pessoas eram os próprios alunos e professores.

Quando os militares menos esperam, os movimentos da sociedade civil começam a reaparecer. O governo pensava que o movimento estudantil estava morto e enterrado. Mas os estudantes se rearticulam e ressuscitam a UNE em 1979. A redemocratização do país estava por acontecer.

Aos poucos o modelo ditatorial de governar vai ficando isolado. Até mesmo a burguesia industrial, que tanto o apoiou, viu-se obrigada a retirar o apoio aos militares para não cair no descrédito. Ghiraldelli Jr. registra alguns fatos que mostram o declínio da ditadura militar:

O fim da censura à imprensa veio ainda no governo Geisel; depois, já no governo Figueiredo, veio a extinção do AI-5, a anistia política (1979) e as eleições diretas para governador (1982) (1994, p. 210).

Novamente, estudantes, professores, operários, profissionais liberais, movimentos católicos progressistas voltam a lutar, exigindo a redemocratização do país. Os operários entram em greve em 1979, no ABC paulista. Nasce a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Conferências, seminários e encontros são realizados por todo o país exigindo a redemocratização da sociedade e do sistema de ensino, em todos os níveis.

O Brasil vive um período de transição para a democracia, entre o Governo João Figueiredo (1979) e o Governo José Sarney (1989). Nesse intervalo, aconteceu uma ampla mobilização nacional para fazer a nova Constituição Federal. Os movimentos sociais se esforçaram bastante para fazer valer suas idéias e suas reivindicações. Vários direitos foram assegurados depois de muita luta. Uma das vitórias dos movimentos sociais está no Artigo 206 da Constituição Federal:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

- I - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais de ensino, garantindo, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso, exclusivamente, por concurso público de provas e títulos, assegurando regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.



Da reflexão à ação

A luta continua. Ela nunca irá parar. A vida é uma luta. A construção da cidadania é uma luta constante, tornando-se uma das razões de se viver. Por isto, esta nossa viagem será sempre um mergulho nas nossas raízes (memória histórica) e um reconhecimento dos seus frutos (perspectivas históricas construídas). Precisamos nos acostumar com o sentido da História: das raízes aos frutos, dos frutos às raízes.

Reflitamos, juntos outra vez:

Quais as dificuldades enfrentadas pelo nosso movimento nos dias de hoje?

Que lições tiramos da história recente do Brasil, que possam nos orientar no momento atual?

Que ações podemos desenvolver para retomar a construção da identidade do movimento estudantil?



Leitura complementar

Vimos que, nos anos 1950, houve a opção pelo desenvolvimentismo associado ao capital estrangeiro. A partir de 1964, essa relação se aprofunda e grandes projetos transnacionais são implantados no país pela ditadura militar. Nos anos 1980 e 1990, com a redemocratização do país, a nossa

economia se abre mais ainda ao *capital internacional*. O país faz opção pela *democracia representativa*.

O governo brasileiro se decide pelo projeto *neoliberal*. Defende o Estado mínimo, que vai se afastando das suas responsabilidades sociais (os serviços básicos para a população), privatizando suas empresas, permitindo que grupos estrangeiros explorem as riquezas nacionais, terceirizando os serviços públicos e transferindo para os municípios e estados várias de suas obrigações.

Nos anos de 1990, a prioridade deixa de ser o ensino universitário para ser o ensino fundamental. A Conferência de Jomtien, na Tailândia, traça a política de Educação para Todos. No Brasil dois projetos de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional entram em confronto.

O projeto das esquerdas tramita no Congresso Nacional de 1988 a 1996, tempo suficiente para ser descaracterizado. É aprovado um outro projeto, resultado de acordos de gabinete: é a Lei Nº 9.394/96. A mesma coisa aconteceu com o Plano Nacional de Educação-PNE, que começou a ser elaborado no I Congresso Nacional de Educação (CONED), em 1996. Sobre esta questão, Ciavatta escreve o seguinte: “O PNE oriundo do movimento social dos trabalhadores da educação foi postergado pelo PNE do Governo e, hoje, em 2002, continua a ser alvo de disputa no Congresso Nacional, em questões substantivas como é o percentual de recursos do PIB (Produto Interno Bruto) para a educação” (2002: 99-100).

Na nova LDB (Lei Nº 9.394/96) e no próprio Plano Nacional de Educação ficou pouca coisa de tudo aquilo que os movimentos sociais queriam, reivindicaram. Se não fosse o espírito de luta e a capacidade de organização dos professores e dos estudantes, não teria ficado nada. Mas o pouco que ficou é um instrumento de resistência que a sociedade tem, principalmente os Grêmios Estudantis e as Associações de Professores.

Se você abre a LDB, nos Artigos 14 e 15, vai encontrar mais uma ferramenta de luta democrática na escola e na sociedade:

Art. 14 - Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola:

II - participação das comunidades escolar e local em

Capital internacional: É o capital aparentemente sem um proprietário específico ou facilmente identificável. Sabe-se, contudo, que o seu possuidor são as grandes empresas multinacionais, e consta, principalmente, de equipamentos e tecnologias.

Democracia representativa: É o modelo de democracia que permite que o povo seja representado no parlamento por políticos eleitos pelo voto. É a forma indireta de o povo participar e exercer o seu poder. Este é o modelo adotado no Brasil.

Neoliberal: É um termo usado para denominar um novo tipo de estado que surgiu na América Latina nas duas últimas décadas. São características do neoliberal: drástica diminuição do tamanho do estado, mercados abertos, livre comércio, ausência de leis “rígidas” na relação do trabalho com o capital. O individualismo é promovido e somente o mercado dita as leis da vida.

conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15 - os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

No Ceará, a partir de 1995, o governo passa a desenvolver a política de gestão democrática da educação, conforme as exigências da Constituição Federal (1988) e as recomendações da Conferência Mundial de Educação para Todos (1990). Essa política é fortalecida com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996). De 1995 para cá, o sistema público estadual de ensino passa por profundas transformações. O tema democracia não somente é discutido na escola, mas se torna uma prática, um exercício cotidiano. Várias mudanças passam a ser visíveis:

- são criados os Centros Regionais de Desenvolvimento da Educação (Crede): os próprios diretores dos Credes, em 1996, não são mais nomeados pelo governo: são escolhidos através de concurso público;
- os diretores de escola não são mais indicados por chefes políticos: todos fazem concurso e concorrem ao cargo por meio de eleição realizada na escola;
- são criados os conselhos escolares;
- os grêmios estudantis são incentivados e valorizados;
- a merenda escola é escolarizada, isto é, cada escola passa a ter autonomia desde a elaboração do cardápio à compra da merenda;
- os recursos para a manutenção da escola são descentralizados.

Em 2002, acontece o Congresso Estadual da Escola do Novo Milênio, realizado entre os dias 20 e 22 de março de 2002. Preparado durante dois anos, e após realizar pequenos congressos nas escolas, nos municípios e nas regiões, o Congresso apóia com destaque a luta dos Grêmios Estudantis:

Os Grêmios Estudantis

O Congresso Estadual Escola do Novo Milênio dá apoio à criação dos Grêmios Estudantis nas escolas públicas do Estado do Ceará. É o reconhecimento público do valor da luta dos estudantes.

A Lei Nº 7.398/85: um instrumento de luta

Se a sua escola ainda não criou o Grêmio Estudantil, vamos conhecer agora um pouco mais a Lei 7.398/85 e, em seguida, oferecer algumas dicas de como criar um grêmio.

Artigo 1º - Aos estudantes dos estabelecimentos de ensino do 1º e 2º graus fica assegurada a organização de grêmios estudantis como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas, com finalidades educacionais, culturais, cívicas, desportivas e sociais.

Inciso 2º - A organização, o funcionamento e as atividades dos grêmios serão estabelecidas nos seus estatutos, aprovados em assembléia geral do corpo discente de cada estabelecimento de ensino convocada para este fim.

Inciso 3º - A aprovação dos estatutos e a escolha dos dirigentes e dos representantes do grêmio estudantil serão realizados pelo voto direto e secreto de cada estudante, observando-se, no que couber, as normas da legislação eleitoral.

Em 1985, com a Lei Federal Nº 7.398, os Grêmios Estudantis reconquistam seu direito de formação, de organização e de atuação.

A Lei Nº 7.398/85 reconhece os Grêmios Estudantis como entidades autônomas para representar os estudantes em qualquer escola pública ou particular do país.

FONTE: Folha de São Paulo: 8/11/1999.

A Lei Nº 7.308/85: um instrumento de luta

De 7 de março de 1985, esta Lei tem como objetivo principal a regulamentação da Lei nº 7.308/85, que dispõe sobre a organização do Ministério Público do Estado de São Paulo, e a criação de cargos de confiança para o exercício das funções de assessoria e de consultoria.

A Lei nº 7.308/85, que dispõe sobre a organização do Ministério Público do Estado de São Paulo, e a criação de cargos de confiança para o exercício das funções de assessoria e de consultoria, é uma das principais leis que regulam o funcionamento do Ministério Público do Estado de São Paulo.

Como criar um grêmio estudantil

<p>1º Passo O grupo de alunos interessados forma uma comissão provisória pró-grêmio, que deve ser composta por representantes de todas as classes. Essa equipe vai divulgar a criação do grêmio pela escola e elaborar um projeto de estatuto.</p>	<p>2º passo A comissão pró-grêmio convoca uma assembléia geral, a qual deve ser aberta a todos os alunos da escola. Nesse encontro, serão definidos o nome do grêmio, a data de eleição e o estatuto.</p>	<p>3º passo A comissão pró-grêmio convoca as eleições para a primeira diretoria, com base no estatuto recém-aprovado.</p>
<p>4º passo Depois das eleições, a comissão pró-grêmio deve enviar uma cópia da ata das eleições e do estatuto do grêmio para a direção da escola e providenciar a posse da nova diretoria.</p>	<p>5º passo A direção ou o conselho de escola registra a criação do grêmio, reconhecendo a sua existência.</p>	
<p>São importantes ainda A Comissão pró-grêmio: qualquer aluno de uma escola onde não exista um grêmio pode formar uma comissão e dar andamento ao processo de formação da entidade. A Assembléia Geral: esse é um dos momentos mais importantes da formação do grêmio, momento em que seu estatuto será aprovado. É fundamental a participação de todos os alunos. O Estatuto: dá um alicerce consistente ao grêmio. É possível conseguir um modelo de estatuto em entidades estudantis ou na SEDUC.</p>		

Referências Bibliográficas

AZIBEIRO, Nadir Esperança e COSTA, Maria Teresa Amaral. Curso de especialização em gestão escolar: Gestão e democracia participativa na escola. Florianópolis: UDESC: FAED: CEAD, 2002.

BRANDÃO, Antonio Carlos e DUARTE, Milton Fernandes. Movimentos culturais de juventude. São Paulo: Moderna, 1990.

BEZERRA, Aída e BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Orgs.). A questão política da educação popular. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CIAVATTA, Maria. A construção da democracia pós-ditadura militar. In: FÁVERO, Osmar e SEMERARO, Giovanni (Orgs.). Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro. Petrópolis: Vozes, 2002.

GHIRALDELLI JR., Paulo. História da educação. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1994.